

Os Institutos Federais na faixa de fronteira: criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

The Federal Institutes on the border strip: ciation and expansion of the Federal Network of Professional Education, Cientific and Tecnologic

Recebido: 30/08/2021 | **Revisado:** 06/02/2023 | **Aceito:** 06/02/2023 | **Publicado:** 08/05/2023

Marcos Bohrer

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9817-9333>

Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica Catarinense
E-mail: marcosbohrrer@gmail.com

Ludmila Losada da Fonseca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6261-8119>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: ludmila.losada@gmail.com

Nestor André Kaercher

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4005-3134>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: nestorandrek@gmail.com

Como citar: BOHRER, M. et al.,. Os Institutos Federais na faixa de fronteira: criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 1, n. 23, p. 1-21 e12962, Mai. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O ensaio, inserido no campo da Geografia da Educação, aborda a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) a partir da dimensão espacial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) com um olhar para a Faixa de Fronteira (FF). A proposta é tecer uma relação entre a expansão dessas instituições de ensino e a área de fronteira do Brasil, buscando inferir de que forma e em qual momento as unidades educacionais foram implementadas. A partir da política de expansão, cartografias são produzidas, relacionando as unidades educacionais e a FF. Diante do exposto, é possível inferir que o número de escolas técnicas na FF quintuplicou em uma década, possibilitando novas dinâmicas educacionais nessa parcela do território.

Palavras-chave: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Faixa de Fronteira; Educação Profissional; Geografia da Educação.

Abstract

The essay, inserted on Geography of Education field approaches the expansion of the Federal Network of Professional Education, Cientific and Tecnologic (RFEPCT) from the spatial dimension of the Federal Institutes of Education, Science and Tecnology with a look to the Border Strip. The proposition is to weave a relation between the expansion of those education institutes and Brazil's border area, seeking to infer and at what time the educational units were implemented. From the political's expansion, cartographies are produced, relating the educational units and the FF (border strip). Given the above, is possible to infer that the number FF's technicals schools quintupled in a decaded, making possible new educational dynamics in this portion of territory.

Keywords: Federal Institutes of Education, Science and Tecnology; Border Strip; Professional Education; Geography of Education.

1 INTRODUÇÃO

Compreender os fenômenos educacionais e seus desdobramentos espaciais é um campo de estudo que vem crescendo nas pesquisas geográficas. Dentro dessa área de estudo, especializar os atuais *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e, com isso, estudar como a expansão da educação profissional e sua oferta em municípios pertencentes a Faixa de Fronteira (FF) ocorreu ao longo dos anos é o tema de estudo desse artigo. Para isso, o trabalho inicia com um debate sobre as políticas e simbolismo sobre a fronteira brasileira, com foco no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), o qual foi utilizado como recorte espacial. Na sequência, a atual conjuntura da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é apresentada, desancando os IFs na FF. Em um terceiro momento, um resgate histórico das instituições de ensino profissional é apresentado, retomando a trajetória desde a sua criação até as atuais unidades dos IFs que foram implementadas ao longo de uma década. Por fim, o trabalho deslinda as três fases de expansão ocorridas a partir da primeira metade dos anos 2000, especializando cada uma delas em cartografias. A partir da comparação das cartografias, é possível perceber a expansão espacial dos IFs, destacando as unidades instaladas na FF. Destaca-se que o presente artigo faz parte do projeto de qualificação de tese do programa de Pós-Graduação em [suprimido para avaliação] da [suprimido para avaliação].

2 A EDUCAÇÃO E A FRONTEIRA: DOS SIMBOLISMOS A CONCEPÇÃO

Por todo o imaginário criado no termo fronteira, atenta-se ao fato de que por muito tempo a educação — ao menos como atributo do Estado enquanto agente — não esteve na pauta dessa parcela do território nacional. Observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹ (LDB), pode-se perceber que a Educação Básica fica a cargo dos estados e municípios, desobrigando a União a atender esse nível de ensino. Nesse sentido, o olhar do Estado para a fronteira sempre esteve atrelado a um contexto de controle, limite e vigilância. Consequentemente, as análises referentes a fronteira estão, historicamente, associadas ao domínio e controle do território - entendido como uma dimensão de poder.

Se é certo que a determinação e defesa dos limites de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de

¹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996).

facto, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos (MACHADO, 2000, p. 9-10).

Machado (2000) coloca a fronteira em uma condição de encontro e vivências, como algo vivo, com trocas e comunicações constituídas por sujeitos que nesse espaço vivem. O limite, por outro lado, é estabelecido como uma separação entre diferentes unidades políticas, uma vez que a preocupação com a fronteira sempre esteve atrelada a questões de defesa, regulamentação e ordenação do território. Para isso, a autora aponta que, desde o período colonial, uma estratégia de demarcação e controle por parte do Estado esteve atrelada aos limites territoriais, o que revela que a condição de defesa imperou durante um longo período.

Uma mudança importante no olhar sobre a fronteira começou a ser traçada no início dos anos 2000, com uma política de integração e desenvolvimento nacional, onde o Estado passou a olhar para espaços que até então eram pouco significativos para as políticas governamentais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente em seu primeiro mandato, colocou em pauta uma política estratégia de planejamento estrutural que priorizou a integração da América do Sul.

O olhar governamental, que sempre esteve de costas para o Oeste, passa a colocar na agenda uma nova dinâmica para o território. Tal mudança para as áreas de fronteira é marcada pelo lançamento do Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), no ano de 2005 (BRASIL, 2005). O documento foi construído em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo entre suas lideranças a professora Lia Osório Machado, o qual demarcou o olhar para a fronteira brasileira, possibilitando enxergar de Norte a Sul as distintas possibilidades e potencialidade de integração.

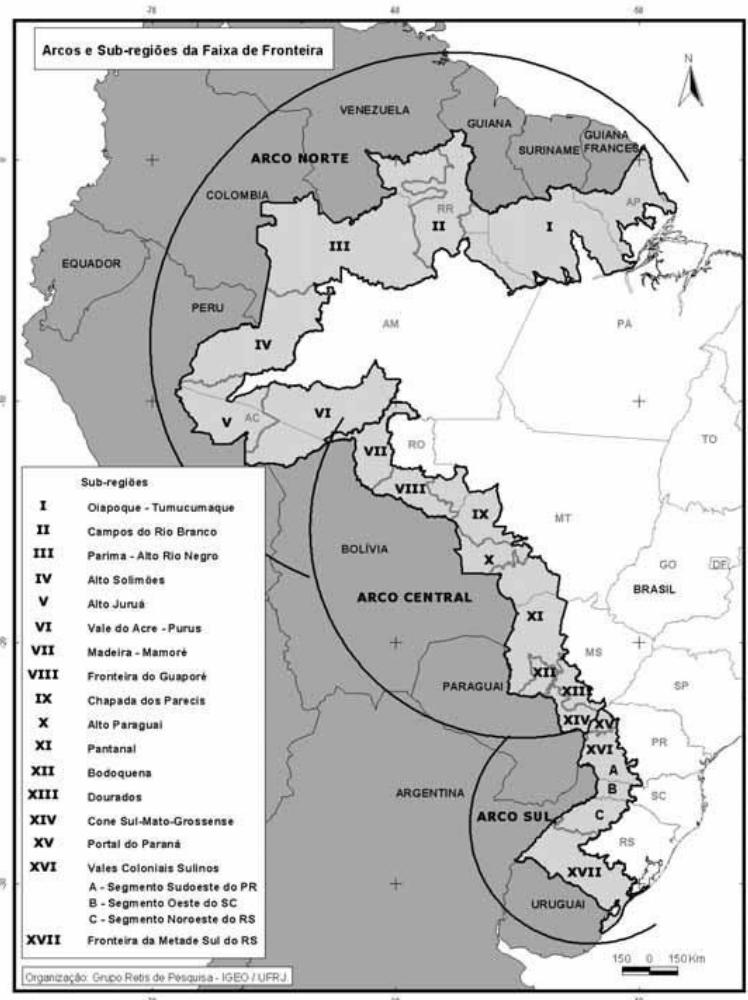
O PDFF já completa mais de uma década e garante a possibilidade de entender as condições e políticas para as regiões fronteiriças. É a partir desse documento e das relações territoriais que é possível associar o desenvolvimento e implementação do estabelecimento de ensino a nível federal nessas áreas que, conforme o documento aponta, representam 27% do território nacional, e que em 2005 já abrigavam em torno de dez milhões de habitantes. Diferentes ênfases são apresentadas, colocando o espaço fronteiriço para além de um local de defesa e controle. De forma estratégica e buscando alinhar a fronteira com o restante do território nacional, a borda oeste seria um elo do Brasil com os demais países sul-americanos.

A partir desses apontamentos, o recorte adotado no estudo ocorreu a partir do PDFF. No presente documento, considera-se FF a área interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, conforme previsto na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 (BRASIL, 2005). Na perspectiva cultural-simbólica e econômica-produtiva, o PDFF une elementos de identidade cultural e base produtiva, proporcionando uma caracterização social da FF.

A partir disso, o plano propõe um planejamento estratégico integrado para o Brasil, que respeita as particularidades de cada parcela. Com base nesses dados, são propostos três grandes arcos e, dentro deles, sub-regiões reunidas considerando a ótica do território e das territorialidades. Ao propor a formação dos arcos Norte, Central e Sul, o olhar é direcionado para as relações econômicas-produtivas, propondo o

desenvolvimento em que os estados fronteiriços serão pensados a partir dos seus arranjos produtivos locais (BRASIL, 2005).

Figura 1: Arcos e Sub-regiões da Faixa de Fronteira



Fonte: Brasil (2005, p. 53).

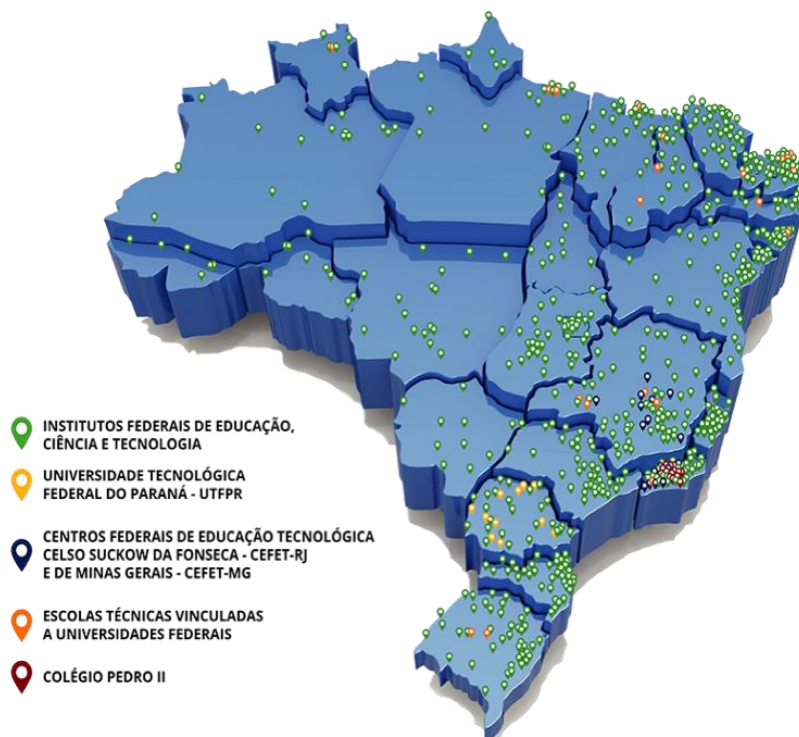
A partir da cartografia apresentada no PDF, o presente estudo se pautou nos três arcos do plano, sendo eles: o Arco Norte – formado pelos estados Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre; o Arco Central – composto pelos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Arco Sul – constituído pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Alicerçado nesses três arcos, especializamos os IFs, considerando desde as primeiras escolas técnicas federais até as últimas unidades implementadas, para a FF do Brasil. Para isso, foi necessário conhecer a realidade atual da RFEPCT, bem como sua constituição histórica, o que será abordado na sequência do texto.

3 ESPACIALIDADES DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA NOVA GEOGRAFIA

Os estudos referentes a espacialidade das políticas educacionais ganham espaço dentro da Geografia, constituindo a Geografia da Educação um importante campo de pesquisa (GOMES; SERRA, 2019). No que tange a educação profissional no Brasil, seu crescimento exponencial – tanto em unidades, como em número de servidores e discentes – tem sido fortemente explorado na área da educação profissional, bem como nos estudos das políticas educacionais. Isso se deu especialmente a partir de 2008, quando a RFEPCT ganha visibilidade com a criação dos IFs. A expansão da RFEPCT, iniciada em 2004, ganha unidade em tornos de um projeto nacional por meio do qual foi iniciada a interiorização de novas escolas.

Antes de chegar na FF, cabe conhecer a realidade da RFEPCT. Desde a sua criação até a atual composição, a rede passou por muitos momentos até chegar na política de criação dos IFs que, ao considerar o número de unidades de ensino e municípios atendidos, foi a maior política de expansão da história do Brasil. Na atualidade, a RFEPCT é composta 662 unidades vinculadas a diferentes instituições que atendem 599 municípios. São, ao todo, 38 IFs com 594 *campi*; 02 CEFET - o CEFET-MG, com 11 *campi* e o CEFET-RJ, com 9 *campi*-, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) com 13 *campi*; o Colégio Pedro II, com 14 *campi*; e 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais. A seguir, apresenta-se a atual configuração espacial dessas unidades:

Figura 2: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: reitorias e campi



Fonte: Brasil (2019).

A figura revela que, na atualidade, a RFEPCT se faz presente em todas as unidades da Federação, com uma concentração maior no litoral brasileiro. Ao direcionar o olhar para as instituições representadas na Figura 1, é perceptível que a presença na borda Centro-Oeste do território brasileiro ocorre pelas unidades dos IFs que hoje, juntamente com a UTFPR, representam as instituições que ofertam educação profissional no limite oeste do Brasil — essa última presente no estado do Paraná. À vista disso, o foco do trabalho será nos IFs e sua relação com a FF.

Para ilustrar a atual dimensão dos IFs na FF, organizou-se um quadro com os três grandes arcos e seus respectivos estados, em conformidade com proposta do PDFF. Pensando na infraestrutura educacional federal, são apresentadas as respectivas reitorias (IFs) presentes em cada estado, com seu número total de *campi* — com dados de 2020 do Ministério da Educação (MEC) e informações coletadas junto as reitorias, via site institucional e/ou contato via correio eletrônico, uma vez que os dados do MEC não estão atualizados em sua plataforma. Ressalta-se que a criação dos IFs é posterior ao PDFF e, atualmente, a RFEPCT está presente em todos os estados fronteiriços brasileiro.

Quadro 1: Divisão de estados por arcos

ARCO	ESTADOS	INSTITUIÇÕES	CAMPI	CAMPI NA FF
NORTE	AP	IFAP	5	3
	PA	IFPA	18	1
	RR	IFRR	5	3
	AM	IFAM	15	2
	AC	IFAC	6	6
CENTRAL	RO	IFRO	10	4
	MT	IFMT	19	3
	MS	IFMS	10	6
SUL	PR	IFPR	25	10
	SC	IFC	15	2
		IFSC	22	5
	RS	IFSUL	14	4
		IFRS	17	3
		IFFARROUPILHA	11	10
TOTAL	11	14	192	62

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Os onze estados fronteiriços ficaram divididos em três grandes arcos, totalizando 14 reitorias com um total de 192 *campi*, dos quais 62 ficam localizados na FF. A partir dos números, podemos inferir que pouco mais de um terço dos *campi* dos IFs que estão na área de fronteira ficam localizados na FF. Ao observar o Quadro 1 e a Figura 2, a presença dos IFs no oeste do território brasileiro se apresenta como uma realidade que atende diversos municípios, os quais tem um importante impacto social entre os jovens estudantes (BOHRER; KAERCHER, 2018), proporcionando o

desenvolvimento técnico por meio da educação, elevando a escolaridade da região e possibilitando o desenvolvimento social e econômico local.

A configuração espacial dessas escolas, conforme já mencionado, foi constituída ao longo dos anos de educação profissional no Brasil. Posto isso, cabe analisar em qual momento a oferta de educação profissional chegou na FF. Na secção que segue, um levantamento histórico da educação profissional e suas unidades será apresentado, destacando as unidades localizadas em municípios que pertencem a FF.

4 UM LEVANTAMENTO HISTÓRICO E ESPACIAL DA RFEPT

A realidade da RFEPT começa a ser desenhada nos primeiros anos do século XX (ainda no governo Nilo Peçanha 1909-1910), por meio do Decreto nº. 7566, que criou dezenove escolas de Aprendizes e Artífices (MANFREDI, 2016) instaladas nas capitais dos estados — menos no Rio Grande do Sul e no atual Distrito Federal. Tal condição foi fundamental para o desenvolvimento da educação profissional do país, tanto que dezessete delas atendem comunidades até hoje. Conforme o decreto da época, esses estabelecimentos de ensino mantidos pela União tinham como objetivo formar cidadãos para o trabalho, sendo direcionados para estudantes das classes de menor renda que deveriam, além de cursar o primário, ter um preparo técnico e intelectual que oportunizasse criar hábitos de trabalho profícuo.

Art. 1º Em cada uma das capitales dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito. Paragrapho único. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locaes forem cedidos permanentemente para o mesmo fim. Art. 2º Nas Escolas de aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso, até o número de cinco, as officinas de trabalho manual ou mecanica que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das indústrias locaes. Paragrapho único. Estas officinas e outras, a juizo do Governo, ir-se-hão installando á medida que a capacidade do predio escolar, o número de alumnos e demais circunstancias o permittirem² (BRASIL, 1909, p. 1).

A preparação para o trabalho estava diretamente vinculada ao então Ministério da Agricultura, Industria e Comércio, que era responsável por relacionar a oferta de cursos com a indústria local. A relação formativa de trabalho estava associada a criação de mão-de-obra barata, formando operários para atuarem nas

² Grafia original.

vagas de emprego que emergiam, com foco no trabalho manual ou na área de mecânica. O governo buscou atender às novas demandas das indústrias que iniciavam suas atividades no meio urbano e, nesse momento, as escolas estavam localizadas nas capitais.

Os educandários perduraram durante 33 anos. No momento de criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 1942, algumas mudanças ocorreram. A primeira e significativa mudança ocorreu na estrutura dessas escolas, que a partir da década de 1930, no Governo Getúlio Vargas³, deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e passaram a ser vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública⁴, recém-criado pelo novo governo. Saviani (2013) pondera que esse período representou a intenção de tratar a educação como uma política nacional, colocando em pauta a regulamentação do sistema educacional e, de forma oficial, o ensino profissional apareceu na Carta Constitucional de 1937, no início do período conhecido como Estado Novo⁵.

Manfredi (2016) sugere que o nível de ensino passa a ser tratado como uma política de estado, possibilitando uma maior abrangência dessas escolas. Nesse mesmo período, passaram a ser denominadas de Liceus Industriais. A criação de uma nomenclatura única para esses estabelecimentos de ensino permitiu a constituição de uma identidade nacional, tornando uma marca desse governo a oferta de uma educação para a formação profissional. Ao mesmo tempo, vale sublinhar algumas mudanças na gestão da educação, o que indicou uma orientação do Estado na indicação de um discurso nacionalista, tal como apontado por Silva (2021).

A realidade econômica da década de 1950, ao longo do mandato do presidente Juscelino Kubitschek⁶ proporcionou, a partir da abertura econômica do país, um processo de forte industrialização pautado na técnica e na ciência. Mercado pela implementação da indústria automobilística, que demandava mão-de-obra, o investimento em educação profissional seria uma consequência do seu projeto político.

Nesse sentido, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, passando a ter personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira (CAIARES; OLIVEIRA, 2016, p.69).

A autonomia nas instituições de ensino federais, tal como hoje é conhecida, é fruto dessa fase política do país. Como consequência direta desse processo, Caiares e Oliveira (2016) concluem que a flexibilização na tomada de decisões possibilitou uma maior inserção e adequação dos educandários às realidades socioespaciais, acarretando em um aumento do número de matrículas. Esse incremento de matrículas

³ Getúlio Dornelles Vargas presidiu o Brasil em dois momentos: entre 1930 – 1945 (período conhecido como “Era Vargas”) e entre 1951 – 1954.

⁴ Criado 14 de novembro de 1930, foi um dos primeiros atos do governo de Getúlio Vargas.

⁵ Fase ditatorial, ocorrida dentro da Era Vargas, que durou de 1937-1945.

⁶ Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente do Brasil entre os anos de 1956 e 1961. Seu mandato é marcado pelo projeto desenvolvimentista, o qual incluiu a industrialização do país.

contribuiu para o fortalecimento e reconhecimento desses educandários, bem como para a educação profissional como um todo.

Durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, ocorreram dois importantes movimentos para a educação profissional. O primeiro deles, o Decreto nº 60 731, de 19 de maio de 1967, por meio do qual o Ministério da Agricultura transferiu seus estabelecimentos de ensino para o Ministério da Educação e Cultura, acarretou na ampliação de educandários. Caires e Oliveira (2016, p. 77) indicam que tal medida “[...] influenciou positivamente a oferta de Cursos Técnicos da área agrícola, que passaram a ser oferecidos, também, nas novas Escolas Agrícolas Federais”, ampliando a rede.

O segundo fato importante desse período foi a transformação das Escolas Técnicas Federais — de Minas Gerais, do Paraná e a Celso Suckow da Fonseca, localizada no Rio de Janeiro — em CEFETs, ocorrido por meio da promulgação da Lei Nº 6 545, de 30 de junho de 1978. Essas unidades poderiam, a partir da Lei nº 6 545, ofertar ensino superior e cursos de pós-graduação para além dos cursos já ministrados. A oferta de cursos de graduação nessas escolas possibilitou um incremento de matrículas, além de proporcionar outros níveis de ensino.

A elevada preocupação com a formação qualificada de trabalhadores se justifica pela possibilidade de expansão dos empregos. Mantinha-se, no entanto, dois eixos de atuação: a formação acelerada de operários para realização do trabalho simples, e a formação de técnicos de nível intermediário, em menor número, para realizar a função de prepostos nas multinacionais, em paralelo com a formação propedêutica destinada às classes mais favorecidas (RAMOS, 2014, p. 31).

A relação posta para a criação dos CEFETs visava atender, mais uma vez, a demanda do mercado, bem como a qualificação da mão-de-obra para atender as empresas recém-chegadas. Ramos (2014) alerta que a oferta de cursos mais rápidos como alternativa para as tradicionais engenharias possibilitava o ingresso no mercado de trabalho mantendo, contudo, a dualidade social já existente entre a formação propedêutica e a formação manual. Outro ponto que merece destaque é que essa formação instantânea, totalmente focada no mercado de trabalho, acabou se distanciando de uma tomada de consciência dos trabalhadores, preocupando-se exclusivamente com a demanda do mercado de trabalho.

Com o processo de redemocratização no Brasil, foi iniciada a busca pela estabilidade econômica. O governo de José Sarney⁷ lançou, em 1986, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), que teve como meta a instalação de 200 escolas técnicas, agrícolas e industriais em 4 anos. O projeto, audacioso para o período, contava com o financiamento do Banco Mundial, o qual visava a criação de polos industriais produtores em países subdesenvolvidos. O que poderia ter sido o grande marco da educação profissional tornou-se um projeto pífilo, pois conforme Ramos (2014), foram construídos sete estabelecimentos (cinco Agrotécnicas e dois CEFETs) e onze unidades de ensino descentralizadas em 1993, totalizando dezoito

⁷ José Sarney de Araújo Costa foi presidente do Brasil entre 1985 e 1990.

educandários. Desse modo, o PROTEC esteve longe de alcançar a sua meta, fazendo com que a educação profissional fosse deixada de lado mais uma vez.

Os anos 1990 iniciaram, sendo marcados por mudanças na organização da educação profissional no que tange às suas secretarias, ainda no governo de Fernando Collor⁸ e no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso⁹. Tal período representou a chegada de novas propostas que associavam a educação profissional ao modelo industrial de políticas neoliberais. Com a aprovação da lei nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação profissional, a educação no Brasil foi dividida, novamente, em dois níveis: educação básica e ensino superior.

A educação profissional ficou separada, não estando relacionada a nenhum dos níveis propostos. Com isso, foi possível inferir que a educação profissional estava fora do planejamento da educação regular. Tal fator, somado a decretos¹⁰ e portarias que colocavam a educação profissional em uma condição periférica nas políticas educacionais do Brasil, impondo o limite de matrícula, reduziram consideravelmente o orçamento dos estabelecimentos de ensino.

Sugere-se, a partir dessa discussão, que a trajetória da educação profissional no Brasil, desde a criação da rede em 1909, esteve atrelada às políticas sociais e econômicas do país. Após o governo Sarney, que se despediu com um projeto pífio de ampliação da educação profissional, os educandários ligados a oferta de educação profissional passaram por mudanças profundas, desconstruindo o que foi conquistado ao longo da gestão de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A expansão das políticas neoliberais ancoradas nas agências internacionais, especialmente no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, proporcionou o enfraquecimento da educação profissional. Após praticamente um século das primeiras escolas, a configuração espacial pode ser entendida a partir da cartografia que segue:

⁸ Fernando Affonso Collor de Mello foi presidente do Brasil entre 1990 e 1992. Criou, no início do seu mandato, a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), a qual buscava atender as demandas do mercado. Renunciou à presidência em meio ao processo de impeachment.

⁹ Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil por dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002). Ao longo desse período, empregou políticas neoliberais marcadas por diversas privatizações e, consequentemente, redução do papel do Estado.

¹⁰ O mais conhecido deles é o Decreto no 2 208/1997, o qual que regulamenta o §2o do art. 36 e os artigos 39 a 42 da LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação profissional. A proposta era desvincular o ensino profissional do básico, formando profissionais de maneira rápida para a sua inserção no mundo do trabalho. A proposta de racionalização na aplicação dos recursos e da gestão desempenhada por meio de métodos empresariais fez com que, mais uma vez, o Sistema “S” ganhasse espaço na formação profissional.

Figura 3: Panorama das escolas técnicas federais instaladas entre 1909 – 2004



Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Ao considerar os *campi* dos atuais IFs entre o recorte de 1909 e 2004, a realidade da educação profissional em território nacional estava diretamente associada às Escolas Técnicas Federais (ETF) — localizadas nos grandes centros e nas Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) — localizadas no interior, em espaços agrícolas, bem como os CEFETs que já estavam atuando. Conforme apontado por Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), de 1909 até o 2004 foram instaladas 140 escolas técnicas federais.

Assim, 96 anos após a instalação das primeiras unidades de educação profissional, realizadas no governo Nilo Peçanha, a realidade espacial no início do século XXI é a representada na cartografia da Figura 3. Tal imagem demonstra que a espacialidade concentrada no Leste do nosso território, especialmente associadas a centro urbanos consolidados, bem como o vazio existente em diversas áreas do

território, estados que não contavam com nenhuma unidade de educação profissional. No que tange a FF, destacada no mapa, dez unidades estavam presentes nessa parcela, sendo elas: Pelotas (RS, com duas escolas), Rio Grande (RS), Alegrete (RS), São Vicente do Sul (RS), Frederico Westphalen (RS), Cáceres (MT), Colorado do Oeste (RO), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Boa Vista (RR). A partir dos municípios, percebe-se que das dez unidades, seis estavam localizadas no Arco Sul, sendo todas no Rio Grande do Sul. O então Arco Central e o Arco Norte tinham duas escolas cada um.

Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹¹ (2003-2010), um grande projeto de educação profissional passou a ser uma das principais bandeiras educacionais do país, juntamente com a criação e interiorização de universidades. Seu primeiro mandato foi marcado pela formação de uma equipe de trabalho voltada para a reconstrução e entendimento do papel da RFEPCT.

Assinala-se, especialmente, a disposição de se reconstruir a política pública para a educação profissional e tecnológica, resgatando as contribuições acadêmicas geradas nas últimas décadas, as experiências institucionais e de grupos comunitários, explorando os espaços legislativos e corrigindo as distorções havidas durante esse percurso, tal como exposto no documento Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica (RAMOS, 2014, p. 66).

Os estudos realizados foram fundamentais para que o governo estabelecesse as metas de expansão. Ramos (2014) atenta que, de forma pontual, seria necessário corrigir as distorções em relação ao entendimento do papel da educação profissional em território nacional, retomando as finalidades históricas dessas instituições e direcionando para uma formação articulada entre o profissional e o social, promovendo a escolarização dos sujeitos. Destaca-se que a reestruturação da rede deveria, primeiramente, romper com as políticas devastadoras da década de 1990 e seus desdobramentos, que desarticularam a formação profissional da educação básica e limitavam as matrículas. O Estado reassumiu seu dever de manter a educação pública de qualidade.

Em 2005, o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele, e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal. Divulgou-se, naquele momento, que seriam investidos R\$ 750 milhões para obras e R\$ 500 milhões, por ano, para custeio e salários de professores e funcionários a serem contratados por meio de concurso público. Considerando-se a

¹¹ Luiz Inácio Lula da Silva presidiu o Brasil durante dois mandatos (2003-2006 e 2006-2010). Metalúrgico e ligado ao movimento sindicalista, foi o primeiro presidente eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Teve como marco de sua gestão as políticas sociais de distribuição de renda, bem como uma política externa de imensa integração.

primeira e a segunda fase dessa expansão, seriam acrescidas, às 160 mil vagas hoje oferecidas, mais 274 mil vagas, um incremento, portanto, de 171%. A meta é, no entanto, conforme anunciado, chegar até 2010 com algo em torno de 500 mil vagas em todo o território nacional. Se, de 1909 a 2002, o número de escolas destinadas a essa modalidade da educação não ultrapassou 140 unidades, até 2010 a meta é chegar a 354 unidades (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 73).

A proposta, audaciosa, colocava a educação profissional nas prioridades do segundo mandato do presidente Lula. A expansão era uma realidade que, associada ao custeio de servidores concursados, transformariam a realidade territorial da oferta de educação profissional. A criação de educandários pretendia mais que duplicar o número de escolas criadas desde 1909.

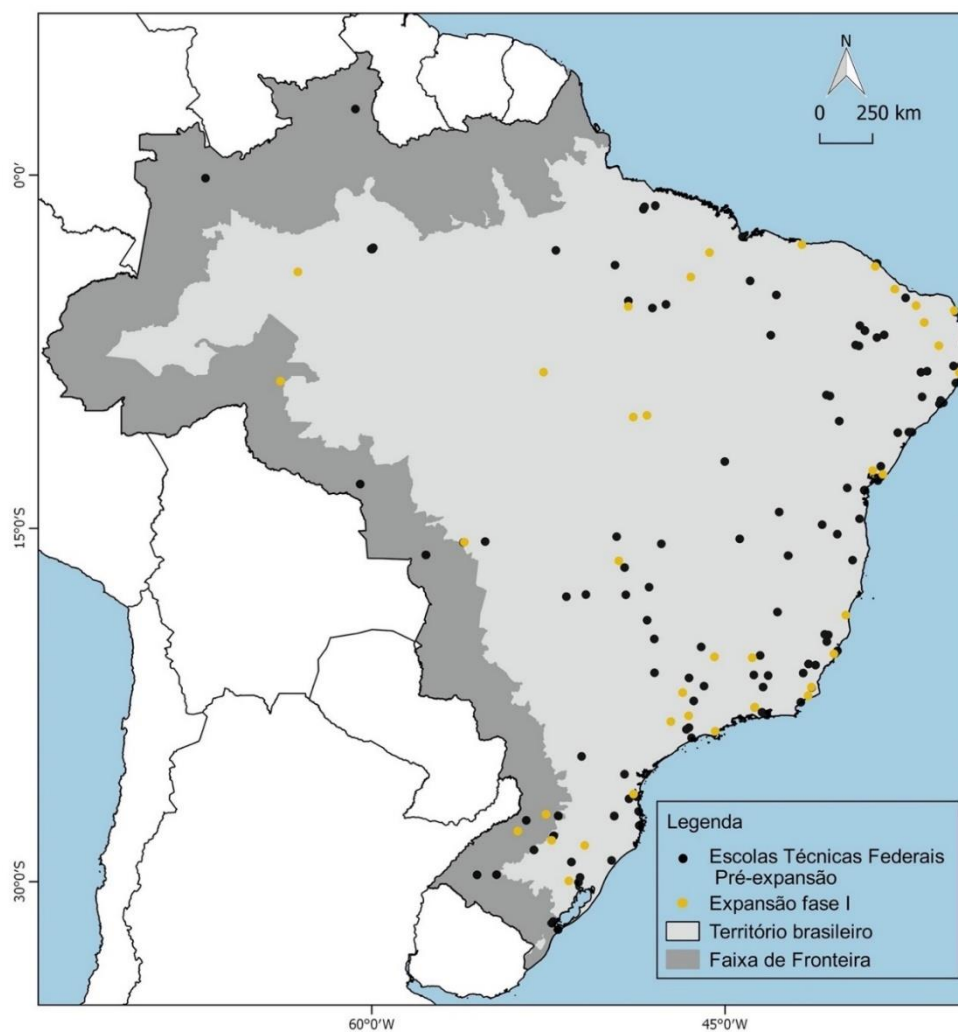
Desse cenário, foi iniciada a expansão da rede que ocorreu em três fases, organizadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). A Fase I (iniciada em 2006) tinha como objetivo a instalação de *campi* em unidades da federação que ainda não contavam com nenhuma escola técnica, bem como a periferia dos grandes centros, totalizando 38 escolas. A Fase II (iniciada em 2007) seria o marco da oferta de ensino, e tinha como meta a implementação de mais 150 escolas. A Fase III, com o olhar para a interiorização da educação profissional e superação das desigualdades sociais, iniciou em 2011 e previu a criação de 208 novas escolas.

Um aspecto importante, pois inovador, a ser destacado na execução desse Plano de Expansão foi a priorização de critérios técnicos, em detrimento de critérios políticos (diga-se clientelísticos), como tem sido comum na gestão das políticas públicas, para a definição das áreas geográficas e municípios onde deveriam ser instaladas as novas unidades. Por ter a expansão objetivos bem definidos quanto à elevação da oferta de matrículas, interiorização da rede, criação de instituições em Estados e Municípios antes não beneficiados, a metodologia utilizada teve de se pautar, portanto, pelo respeito a análises, dados estatísticos e outros de instituições credenciadas, como o IBGE, Ipea, Inep, MDS, dentre outras, que pudessem contribuir para identificar as mesorregiões e cidades-polo necessárias à sua concretização (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 73).

Os critérios estabelecidos no documento de expansão da Fase I deixaram em evidência os critérios técnicos adotados para a instalação das novas unidades. O processo de escolha começou justamente pelas unidades da Federação que não contavam com a presença de escolas técnicas e com o potencial de matrículas a partir de cidades-polos, população local e seus arranjos produtivos. Para Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010), a base técnica para a implementação das novas unidades foi fundamental para seu sucesso e concretização, uma vez que o objetivo dessas instituições, para além da elevação da escolaridade e formação integral dos/das sujeitos, era contribuir para os arranjos produtivos locais.

Com o lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica - atualmente denominado de Fase I (BRASIL, 2005), mais 38 unidades de educação profissional seriam implementadas, entre as quais cinco ETF (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Canoas), quatro EAF (Brasília, Nova Andradina, Marabá e São Raimundo das Mangabeiras) e 28 Unidades de Ensino Descentralizadas (UED) associadas aos CEFETs já existentes. Como grande legado dessa etapa, tem-se a instalação de *campi* em estados desprovidos de estabelecimento de ensino de formação profissional, sendo eles Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, buscando uma reparação histórica com essas populações. Para além disso, o plano reconhece que mesmo nos estados nos quais as escolas profissionais já estavam presentes, fez-se necessário atender as regiões distantes dos grandes centros, bem como as periferias urbanas. Das 38 unidades implementadas nessa fase, 37 tornaram-se IFs a partir da promulgação da lei nº 11 892/2008, somadas as unidades implementadas antes do Plano de Expansão, que estão distribuídas da seguinte forma:

Figura 4: Fase I - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (2005)



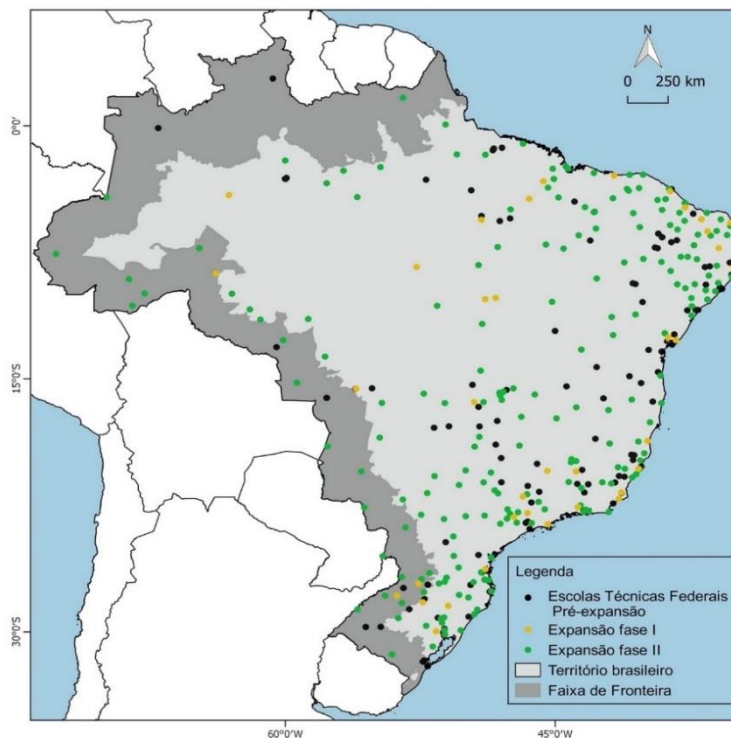
Fonte: elaborada pelos autores (2021).

A cartografia (Figura 4) revela, a partir dos marcadores amarelos, que a instalação de novas unidades esteve associada às demandas de regiões periféricas, mas ainda distantes da FF, que recebeu os *campi* de Santo Augusto (RS), Chapecó (SC), na região do Arco Sul e Porto Velho (RO), no Arco Central. As regiões Sul e Sudeste tiveram uma relativa interiorização, como também o Nordeste, que passou a contar com mais educandários técnicos. De todo o modo, a carência espacial é desvendada na cartografia, a qual demonstra muitos espaços com a ausência de escolas técnicas.

Em 2007, dois anos após o início da primeira fase, o governo anunciou o início da Fase II da expansão com o seguinte lema: “uma escola técnica em cada cidade pólo do país”, a qual tinha como meta, para os próximos 4 anos, a instalação de 150 novas escolas. Somado a esse fato, a aprovação da Lei nº 11 892/2008 cria os IFs, instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, ofertando educação superior, básica e profissional. Com isso, o poder público comprometeu-se em instalar, em cada município polo dos 26 estados da federação, um educandário técnico.

Ao retomarmos o histórico, desde 1909, é visível que tal façanha – se concretizada - seria a maior expansão da educação profissional, tão ou mais ousada que o plano lançado em 1986 pelo então presidente José Sarney, o qual acabou sendo malsucedido. A educação profissional técnica assumiu o protagonismo do segundo mandato do ex-presidente Lula, associando formação profissional com aumento da escolaridade nacional e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de regiões historicamente esquecidas.

Figura 5: Fase II- Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (2005-2009)



Fonte: elaborada pelos autores (2021).

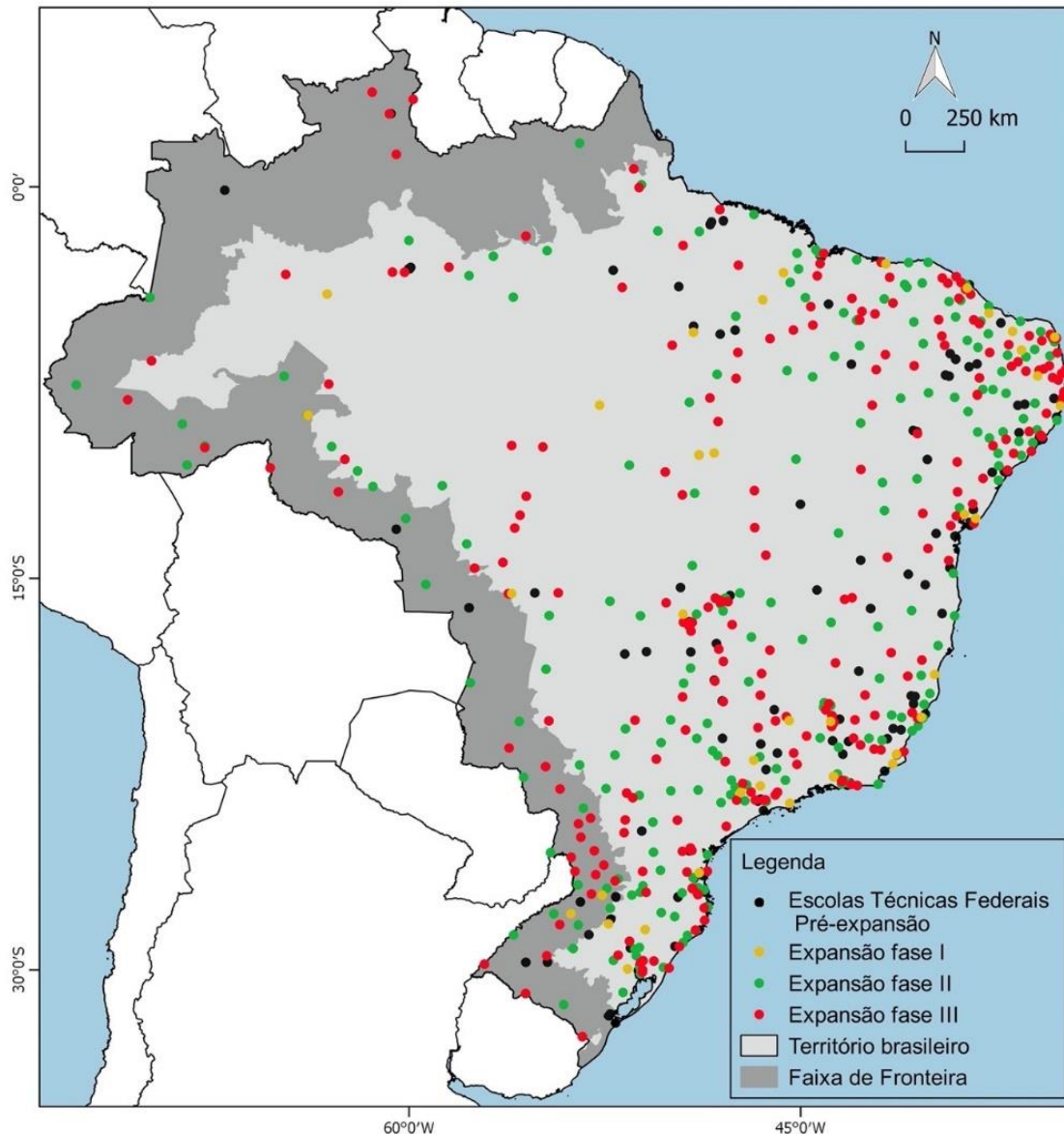
A partir da cartografia (Figura 5), percebe-se que a RFEPCT começa a ganhar forma. Os pontos em verde representam a expansão das unidades da Fase II, instaladas a partir de uma chamada pública que convocava municípios de determinadas regiões que se interessavam em contar com uma escola técnica. Inicialmente, a previsão era a instalação das 150 unidades até 2009, algo que acabou não sendo realizado, e muitas unidades foram instaladas em 2010, 2011 e 2012. Ao observar a FF, os pontos começam a preencher essa área pois, na Fase II, foram instalados 20 *campi*, sendo eles: **oito no Arco Sul**, Bagé (RS), São Borja (RS), Santa Rosa (RS), São Miguel do Oeste (SC), Xanxerê (SC), Foz do Iguaçu (PR), Palmas (PR), Umuarama (PR); **6 no Arco Central**, Ponta Porã (MS), Aquidauana (MS), Corumbá (MT), Pontes e Lacerda (MT), Vilhena (RO), Cacoal (RO); e **6 no Arco Norte**, Xapuri (AC), Sena Madureira (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Lábrea (AM), Tabatinga (AM) e Laranjal do Jari (AP).

A representatividade das instituições passa a ramificar por todos os cantos do Brasil. Para além disso, a expansão previa o desenvolvimento da educação enquanto papel do estado, uma vez que se estendeu para além do término do segundo mandato do presidente Lula, em 2010. Como já mencionado, algumas unidades previstas na Fase II foram instaladas após essa data. Na conclusão da Fase II, foram instaladas 206 novas escolas, superando o plano inicial. Com isso, a expansão da RFEPCT tornou-se uma das ações de maior relevância do governo, marcado pelo incremento de matrículas e provimento de vagas de servidores(as) via concurso público.

Em 2011, no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff¹², foi lançada a Fase III do plano de expansão da RFEPCT, a qual previa a instalação de 208 escolas até 2014. Tão ousada quanto a fase anterior, a terceira fase manteve os propósitos de superar as desigualdades regionais, focando na abertura de unidades no interior do território nacional a partir de cidades-polos. A partir disso, o acesso à educação passa a permear as regiões e fortalecer a composição de uma rede que, pelo projeto *multicampi*, criou laços de identidade.

¹² Dilma Vana Rousseff, primeira presidenta do Brasil. Eleita para dois mandatos (2011-2014 e 2015-2018) teve seu segundo mandato interrompido, em 2016, em um processo de *impeachment*, o qual teve desfecho de um golpe.

Figura 6: Fase III- Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (2011-2014)



Fonte: elaborada pelos autores (2021).

A terceira fase, grifada com pontos em vermelho na Figura 9, revela a forte expansão ocorrida após 2011. Assim, a RFEPCT se fortalece e, ao compararmos essa cartografia com a primeira, feita no período pré-expansão, ficam visíveis os investimentos ocorridos no campo da educação profissional. O mais significativo foi o crescimento da RFEPCT do centro para o oeste em nosso território, o que é notório ao acompanharmos pontos verdes e vermelhos (Fase II e III, respectivamente), que marcam os espaços que até então eram vazios.

Ao olhar para a FF, a terceira fase marcou a chegada de 27 *campi* na fronteira brasileira, sendo eles: **15 no Arcos Sul**, Jaguarão (RS), Sant'Ana do Livramento (RS), Uruguaiana (RS), Jaguari (RS), Santo Ângelo (RS), São Carlos (SC), Abelardo Luz

(SC), São Lourenço do Oeste (SC), Coronel Vivida (PR), Barracão (PR), Capanema (PR), Quedas do Iguaçu (PR), Cascavel (PR), Assis Chateaubriand (PR), Goioerê (PR); **6 no Arco Central**, Naviraí (MS), Dourados (MS), Jardim (MS), Tangará da Serra (MT), São Miguel do Guaporé (RO), Guajará-Mirim (RO); **6 no Arcos Norte**, Rio Branco *campus* Baixada do Sol (AC), Tarauacá (AC), Novo Paraíso (RR), Bonfim (RR), Amajari (RR) e Boa Vista *campus* Zona Oeste (RR).

Assim como a Fase II, a Fase III não instalou todos os *campi* nos prazos estabelecidos em seus respectivos documentos. Entrementes, mesmo em estruturas físicas alternativas¹³, as escolas iniciaram suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, enquanto as instalações definitivas eram construídas. Até 2016, grande parte dos *campi* já estavam com as obras finalizadas. Para além disso, essa terceira fase também supera suas expectativas, entregando ao todo 234 novas escolas técnicas federais. A trajetória da RFEPCT nessas últimas duas décadas dos anos 2000 foi extremamente significativa para o crescimento e consolidação da educação profissional, que em 2005 contava com 144 escolas, sendo que atualmente são mais de 659 unidades em todo o país, 584 *campi* de IFs. Assim sendo, em menos de uma década foram instaladas mais de 500 escolas.

Observa-se, a partir do levantamento realizado e especializado nas cartografias, que a partir de 2006 as escolas técnicas federais passaram por um forte processo de expansão. Na FF, por exemplo, o aumento de unidades foi significativo: de 10 unidades instaladas entre 1909 e 2004, hoje tem-se 60 *campis*, sendo 50 deles instalados entre 2006 e 2016. Ou seja, em uma década a educação profissional quintuplica o número de escolas instaladas – sendo 3 na Fase I; 20 na Fase II e 27 na Fase III. De forma mais significativa, observa-se que nas últimas duas fases da expansão o aumento foi o mais significativo para os municípios fronteiriços.

Ao observar essas unidades educacionais, é importante apontar que, para além de escolas, em sua estrutura física, tem-se ali muitos sujeitos envolvidos com uma comunidade e que estabelecem relações a partir do espaço, tal como posto por Silva (2021). O projeto dos IFs proporciona, muito mais que o ensino e a formação para o mundo do trabalho, uma nova perspectiva para esses municípios, oportunizando pesquisa, extensão e o atendimento de forma integral dos sujeitos. Nisso reside a distinção dos educandários, pois a partir dos IFs, o ensino profissional passa a estar associado, em seu cerne, ao desenvolvimento do nível de educação, pesquisa e extensão, estando intimamente ligado a economia local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional está presente no território nacional há mais de um século. Como política de Estado, podemos inferir que, a partir da criação das primeiras escolas, em 1909, no governo Nilo Peçanha, iniciou-se um processo de formação de mão de obra associado a qualificação profissional da população. Ao longo dos anos, tais políticas educacionais foram ganhando espaço, especialmente nos governos dos então presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, os quais contribuiriam

¹³ Muitos *campi* iniciaram suas atividades em espaços cedidos por prefeituras e/ou outras entidades, bem como em prédios locados pelo governo federal.

fortemente para a consolidação dessa modalidade de ensino. Entre avanços e retrocessos que marcaram a educação profissional até o início dos anos 2000, percebe-se que a ocupação do território pelas unidades instaladas ainda estava distante da região da FF.

O crescimento da educação profissional se distingue da criação dos IFs, porém as duas estão intimamente relacionadas. A partir da primeira fase da expansão dos educandários técnicos, o governo passa a pensar na unificação dessas instituições. Assim, o Decreto nº 6 095, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007b) estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos IFs. Esse importante passo possibilita a organização das instituições que, apesar de uma autonomia, estavam difundidas com diferentes regimentos e administrações. O governo pretendia agregar as instituições que ofertavam educação profissional de um mesmo estado, organizando-as em estruturas multicampi. Desse modo, os CEFETs, as ETF, as EAF e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais que optassem por integrar esse novo modelo iriam aderir ao projeto do governo federal. Esse primeiro movimento ocorre juntamente com a Chamada Pública para a Fase II da expansão da rede (BRASIL, 2007a).

Compreender os fenômenos educacionais a partir do espaço é, na atualidade, uma importante contribuição da Geografia. Desse modo, o estudo da instalação de IFs no território nacional, com o olhar para a FF, contribui para pensar nas novas dinâmicas escolares na fronteira. Retomar o histórico da educação profissional e, a partir disso, especializar as escolas em território nacional desvenda que, após quase um século, a FF brasileira estava desassistida, com apenas 10 *campi*. Após 2006, com o início da expansão da RFEPCT, a realidade da rede transforma-se significativamente, chegando de forma efetiva na FF a partir das Fase II e Fase III. A chegada dos campi do IF nas FF permitiu uma nova realidade educacional para os municípios, atendendo as comunidades que, até então, estavam desassistidas. Tal reparação ocorreu dentro de uma década, demonstrando o forte interesse do Estado em ampliar as políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BOHRER, Marcos Bohrer; KAERCHER, Nestor André. A escuta atenta através da Geografia: o ensino médio técnico integrado visto pelos jovens fronteiriços. IN: CASTROGIOVANNI, A. C.; TONINI, I. M.; KAERCHER, N. A.; COSTELLA, R. Z. **Movimentos para ensinar Geografia – Oscilações**. Goiânia, GO : C&A Alfa Comunicação, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Brasília: Presidência da república, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Bases para uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2005.

Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituições da Rede Federal. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. MEC/SETEC, Brasília: Secretaria de educação profissional e tecnológica, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Brasília: Presidência da República, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto no 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Brasília: Presidência da República, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora. **Educação profissional brasileira**: da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2016.

GOMES, Marcus Vinicius; SERRA, Enio. Por Que Falar Sobre Geografia Da Educação? **GIRAMUNDO**, RIO DE JANEIRO, V. 6, N. 12, P.7-21, JUL./DEZ. 2019.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteira, redes. In: STROHAECKER, Tania Maria et al. (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**: Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e

possibilidades. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013